

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Setembro/2016



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

### Concurso Público para provimento de cargos de Agente de Polícia Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

**Serviço público**

*Entre os serviços oferecidos pelo Estado (com recursos provenientes da arrecadação de impostos) e a população (sobretudo os que dependem inteiramente da qualidade desses serviços), está a figura do servidor público. Para fazer essa importante mediação, costuma-se garantir ao servidor a estabilidade e o salário que lhe permitam exercer sua função com a independência e a dignidade de quem não pode e não deve se submeter a troca de favores ou de vantagens que não as da legislação que rege seu contrato de trabalho.*

*Não convém esquecer que entre os servidores públicos, além dos que se entregam ao cumprimento da burocracia, estão aqueles que têm importância fundamental em áreas vitais como a Educação, a Saúde, a Segurança, o controle do meio ambiente e outras que concorrem diretamente para qualificar nosso nível de vida. Há quem julgue que todos os empreendimentos sociais deveriam regular-se pelo Mercado, e não pelo Estado. Para quem assim pensa, a figura do servidor público surge não como um cidadão operoso e eficiente, mas como um entrave à excelência dos negócios, que se regulamentariam por si mesmos.*

*É nessa ordem de coisas que professores, médicos, agentes de segurança e tantos outros profissionais do setor público precisam tomar em suas mãos a responsabilidade de quem estabelece, na prática, o vínculo entre o cidadão e o Estado, o indivíduo e sua cidadania. O contato entre o servidor e a população deve espelhar uma relação de confiança em que, cidadãos ambos, reconhecem-se como integrantes de uma mesma ordem social mediada pelo direito público e não pelo privilégio privado. O equilíbrio entre o que o Estado tem o dever de oferecer e o Mercado tem o interesse em vender e comprar é um desafio a ser enfrentado pela sociedade moderna. A figura do servidor público é não apenas emblemática: é a encarnação do vínculo profissional e humano entre os direitos do povo e os deveres do Estado.*

(Josimar Castelo, inédito)

1. A importante mediação de que trata o autor ao longo do texto representa-se no segmento
  - (A) ... recursos provenientes da arrecadação de impostos... (1º parágrafo)
  - (B) ... não deve se submeter a troca de favores... (1º parágrafo)
  - (C) ... todos os empreendimentos sociais deveriam regular-se pelo Mercado... (2º parágrafo)
  - (D) ... equilíbrio entre o que o Estado tem o dever de oferecer e o Mercado tem o interesse em vender e comprar... (3º parágrafo)
  - (E) ... vínculo profissional e humano entre os direitos do povo e os deveres do Estado. (3º parágrafo)

---

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. No primeiro parágrafo, há a ideia de que, garantindo-se ao servidor público segurança e justa recompensa por seu trabalho, criam-se as necessárias condições para que ele venha a repelir barganhas ilícitas.
  - II. No segundo parágrafo, destaca-se a importância que tem o Estado como responsável pelos serviços públicos essenciais e a parceria que lhe deve oferecer o Mercado, regido pelas normas mais eficazes da oferta e da procura.
  - III. No terceiro parágrafo, sustenta-se a tese de que é inevitável a incompatibilidade entre as funções do Estado e os interesses do Mercado, razão pela qual o direito à cidadania se encontra seriamente ameaçado.Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
  - (A) recursos provenientes da arrecadação de impostos (1º parágrafo) = verbas previstas para o equilíbrio fiscal.
  - (B) concorrem diretamente para qualificar (2º parágrafo) = disputam entre si para promoverem.
  - (C) entrave à excelência dos negócios (2º parágrafo) = obstáculo ao mais alto desempenho do mercado.
  - (D) precisam tomar em suas mãos (3º parágrafo) = urge que sejam manipulados.
  - (E) espelhar uma relação de confiança (3º parágrafo) = confrontar uma ligação respeitosa.



4. Os dois segmentos em que se dividiu a frase *Para fazer essa importante mediação, / costuma-se garantir ao servidor a estabilidade e o salário* representam, respectivamente,
- (A) uma causa e sua consequência.
  - (B) um efeito e uma finalidade.
  - (C) uma finalidade e sua alternativa.
  - (D) um efeito e sua contestação.
  - (E) uma finalidade e o meio necessário.

5. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A arrecadação de recursos que devem beneficiar os contribuintes através de serviços públicos não podem sofrer qualquer desvio de sua propícia finalidade.
  - (B) Quando um servidor público é respeitado e se faz respeitar pelo bom atendimento, é onde se justifica as razões mesmas de sua função e importância.
  - (C) O ideal seria que Estado e Mercado pudessem participar mutuamente dos mesmos interesses, desde que agindo em nome do bem comum, de cujo não se admite contestação.
  - (D) É fundamental que se garantam condições ideais de trabalho a um servidor público, a quem cabe a responsabilidade de ser um mediador entre o Estado e os cidadãos.
  - (E) No caso de que apenas o Mercado ingerisse os assuntos de ordem pública, ainda assim quem se encarregaria de ver cumprido os interesses e os direitos da população?

6. Todas as formas verbais estão corretamente empregadas e articuladas entre si na frase:
- (A) Cabem aos poderes públicos oferecer aos seus servidores as condições para que eles correspondam do melhor modo às tarefas que lhes seriam atribuídas.
  - (B) Não se espere que o Mercado se preocupe com os direitos do cidadão; na esfera do comércio conta-se com os consumidores, não com os cidadãos.
  - (C) Se a arrecadação de altos impostos não tiverem a contrapartida de bons serviços prestados, faz-se uma injustiça com aqueles que os pagam.
  - (D) Quando um servidor e um cidadão estivessem se relacionando, deverá haver entre eles o mútuo reconhecimento de quem se incluiriam num mesmo espaço público.
  - (E) No caso de os servidores públicos virem a perder a estabilidade em seus cargos, deixariam de haver estímulos para que ofereçam o melhor de seus esforços.

7. Na transposição da frase dada para a voz passiva, a correta forma verbal resultante é a que está indicada em:
- (A) O servidor público eficiente desperta o reconhecimento dos cidadãos = **tem despertado**.
  - (B) O Mercado atenderia apenas as exigências do livre comércio = **seriam atendidas**.
  - (C) Um funcionário está sempre representando uma mediação entre o Estado e o público = **sendo representado**.
  - (D) Os melhores servidores justificam todas as garantias de sua função = **têm sido justificadas**.
  - (E) Os servidores encarnam um importante vínculo entre o Estado e o povo = **vem encarnando**.

8. Atente para as seguintes frases:
- I. O servidor público carece de estabilidade e boa remuneração.
  - II. A falta de estabilidade e de boa remuneração fragiliza a condição do servidor.
  - III. Um servidor fragilizado deixa de ser eficiente.

As frases acima estão articuladas com correção e coerência em:

- (A) Quando a condição de um servidor é fragilizada pela falta de estabilidade e boa remuneração, ele deixa de ser eficiente.
- (B) Por falta de estabilidade e de boa remuneração, de cujas se mostra carente, o servidor fragilizado fica ineficiente.
- (C) Não há eficácia, quando um servidor, sempre carente de estabilidade e remuneração, deixa por isso de ser eficiente.
- (D) Por ser fragilizado, mesmo porque ele carece de estabilidade e boa remuneração, um servidor deixa de ser eficiente.
- (E) Um servidor se torna ineficiente, caso a estabilidade e a boa remuneração venham a faltar-lhe, assim lhe fragilizando.



**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto abaixo.

### A nuvem

– Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever toda semana sem reclamar, sem protestar, sem espinafrar ninguém!

Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido de razões. Mas que posso fazer? Até que tenho reclamado muito isto e aquilo. Mas se eu ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler?

Além disso, a verdade não está apenas nos buracos das ruas e outras mazelas. Não é verdade que as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? E ficaria demasiado feio eu confessar que há uma jovem gostando de mim? Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor maduro duram pouco. Eles se irão como vieram, leve nuvem solta na brisa, que se tinge um instante de púrpura sobre as cinzas do meu crepúsculo.

E olhem só que tipo de frase estou escrevendo! Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão – e seus tradicionais buracos.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **Ai de ti, Copacabana!** Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, p. 179/180)

9. O escritor Rubem Braga, ao responder à observação do amigo, pondera que um cronista que escreve toda semana
- (A) tem de documentar tudo o que acontece à sua volta, limitando-se ao que se afasta da rotina.
  - (B) fica por vezes sem assunto, recorrendo então a temas triviais que não sustentam uma crônica.
  - (C) pode também se dedicar a registrar experiências positivas de sensações e impressões pessoais.
  - (D) deve também registrar os acontecimentos positivos que alcancem grande repercussão social.
  - (E) precisa corresponder a expectativas de seus leitores, como porta-voz de suas reivindicações.
- 
10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. A fala do amigo, na abertura do texto, revela que ele atribui a um cronista profissional a função de se pronunciar o mais criticamente possível diante dos dramas existenciais maiores que afligem a humanidade.
  - II. O cronista supõe que seus leitores não esperam que ele se dedique a protestar o tempo todo, deduzindo-se daí que ele considera a possibilidade de uma crônica adotar uma tonalidade mais leve.
  - III. O escritor se vale desta crônica, “A nuvem”, para sustentar a convicção de que a maior parte de seus textos corresponde perfeitamente à expectativa de seu amigo.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) II e III.
  - (D) I.
  - (E) II.
- 
11. O cronista explora, com efeito literário, uma **contraposição** de sentido entre estas duas expressões:
- (A) *sem protestar // sem espinafrar* (1º parágrafo)
  - (B) *grávido de razões // tenho reclamado muito isto e aquilo* (2º parágrafo)
  - (C) *buracos das ruas // show luxuoso* (3º parágrafo)
  - (D) *as amendoeiras neste inverno // folhas vermelhas voando no ar* (3º parágrafo)
  - (E) *olhe para o chão // seus tradicionais buracos* (4º parágrafo)
- 
12. A construção *Fico admirado como é que você (...) consegue escrever (...) sem reclamar* é usual na fala comum, na linguagem oral. Na linguagem mais formal, atenta à norma culta da escrita, o segmento sublinhado deverá ser
- (A) Me admiro como você consegue
  - (B) Me admira que você consegue
  - (C) Admira-me você onde consegue
  - (D) Admiro o modo de você conseguir
  - (E) Admira-me você ficar conseguindo
- 
13. *Mas se eu ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler?*
- Substituindo-se a expressão sublinhada na frase acima por **se eu ficasse rezingando todo dia**, a complementação correta deverá ser
- (A) estarei roubado: quem é que irá aguentar ler-me?
  - (B) estaria roubado: quem é que iria aguentar me ler?
  - (C) estarei roubado: quem é que aguentaria ler-me?
  - (D) teria sido roubado: quem é que me aguentaria ler?
  - (E) estaria sendo roubado: quem é que me aguenta ler?



14. *Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão (...)*

Utilizando-se o tratamento da 2ª pessoa do singular, a sequência das formas verbais da frase acima deverá ser:

- (A) toma – Deixa – olha
- (B) tomes – Deixes – olha
- (C) tomai – Deixai – olheis
- (D) tomes – Deixas – olhas
- (E) toma – Deixes – olhes

15. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Sendo um dos nossos grandes cronistas, senão for o maior, Rubem Braga utiliza expressões hoje desuzadas, como “tome tenência” por exemplo.
- (B) Para quem acredita que todo o cronista deve se ater à assuntos sérios, o velho Braga pensa que também são possíveis tratar os temas mais pessoais, ou mesmo, íntimos.
- (C) O amigo do cronista lhe advertiu de que ele não costumava protestar contra nada, porquanto então o velho Braga o esclareceu, dizendo que por vezes, também reclamava.
- (D) O cronista Rubem Braga faz várias aluzões ao seu ofício de escritor, mostrando-se preocupar com expressões exageradas; ou ainda se criticando onde julga escrever frases estranhas.
- (E) Os leitores de crônicas não reclamam por encontrar em muitas delas, como nas de Rubem Braga, uma matéria mais leve e poética, em vez de manifestações mal-humoradas.

**Atenção:** Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

#### **Um filme de viagem e de amor**

*O filme **Viajo porque preciso, volto porque te amo**, dirigido por Karim Aïnouz e Marcelo Gomes, foi rodado no interior de cinco estados do Nordeste. A ideia inicial dos dois cineastas era fazer um documentário sobre as feiras do sertão. Entre a primeira e a última filmagem houve uma interrupção de nove anos, e a montagem final é, de fato, uma ficção sobre a viagem e o amor, sem perder uma dimensão crítica sobre a sociedade brasileira. O filme transcende o registro do mero documento, transmite emoções ao espectador e convida-o a refletir sobre a região e as pessoas que nela vivem e trabalham.*

*Um dos achados do filme, cuja narração é conduzida pela voz de um geólogo, foi relacionar o estudo do solo com a desilusão amorosa. Uma sondagem no interior da terra árida tem como contraponto uma sondagem da alma das personagens. Como acontece com os bons romances, que se revelam com mais intensidade ao serem relidos, esse filme convida o espectador a assisti-lo duas vezes.*

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 134)

16. Quanto ao seu gênero, esse texto é

- (A) uma crônica imaginosa, na qual o autor expõe um roteiro de filme cuja finalidade é promover uma viagem simbólica pelas várias faces da cultura nordestina.
- (B) uma reportagem rotineira, de vez que o autor se limita a dar uma notícia objetiva sobre a produção de um filme, ressaltando as condições materiais em que foi produzido.
- (C) uma crônica crítica, pela qual o autor comenta a produção de um filme, cujo intento inicial foi alterado, e avalia suas qualidades artísticas e culturais.
- (D) uma reportagem promocional, por meio da qual o autor divulga o lançamento de um filme cujo maior valor é retratar com fidedignidade aspectos da vida sertaneja.
- (E) uma crônica informativa, escrita em tom pessoal, em que o autor fala da surpresa que lhe proporcionou um documentário sobre a diversidade das práticas culturais do Nordeste.

17. Relacionar o *estudo do solo* com uma *desilusão amorosa* é um dos achados do filme. Essa bem sucedida relação alcançada pelo filme representa-se no seguinte segmento do texto:

- (A) *é conduzida pela voz de um geólogo.*
- (B) *foi rodado no interior de cinco estados do Nordeste.*
- (C) *um documentário sobre as feiras do sertão.*
- (D) *transcende o registro do mero documentário.*
- (E) *convida o espectador a assisti-lo duas vezes.*

18. (...) a montagem final é, de fato, uma ficção sobre a viagem e o amor, sem perder uma dimensão crítica sobre a sociedade brasileira.

O segmento sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e a coerência da frase, por:

- (A) em que pese a análise crítica perante a sociedade brasileira.
- (B) preservando uma perspectiva crítica acerca da sociedade brasileira.
- (C) razão pela qual a sociedade brasileira não perde em sua dimensão crítica.
- (D) indo de encontro à pretensão crítica da sociedade brasileira.
- (E) a despeito de analisar criticamente à sociedade brasileira.



19. Está clara, correta e coerente a redação da frase:
- (A) Uma das razões porque se deve ver o filme são as passagens em que se combina a geologia e a paixão amorosa.
  - (B) O entusiasmo pelo qual se deixou levar o autor do texto deve-se aos achados que reconheceu nesse filme.
  - (C) Por vezes assiste-se documentários enfadonhos, onde o interesse já se perde logo que se iniciam.
  - (D) É incomum associar-se geologia com paixão, até por que em ambos os casos falta uma conexão mais clara.
  - (E) A interrupção por nove anos das filmagens acabaram por tornar o filme algo diverso do que lhe fora concebido.
- 
20. Está correto o emprego de **ambas** as formas verbais sublinhadas na frase:
- (A) Cenas do filme não haveriam de ser tão marcantes caso não se contrapusessem nelas a sondagem do solo e a da alma das personagens.
  - (B) Caso não houvesse ocorrido aqueles nove anos de interrupção de filmagem, obteria-se muito provavelmente um filme com bem diversas características.
  - (C) Provavelmente os cineastas perfizeram vários trajetos pelo Nordeste, para que obtessem os resultados tão elogiados pelo autor do texto.
  - (D) Os cineastas haviam precavido-se para não reduzir o filme a um documentário, para que não se atessem a constituir apenas um mero registro de fatos.
  - (E) Os espectadores que reverem o filme com atenção, sentir-se-ão recompensados pelas qualidades que ressaltarão nessa segunda oportunidade.

### Raciocínio Lógico-Matemático

21. Renato trabalha em um escritório de segunda à sexta feira, e nos próximos 30 dias de trabalho não haverá feriado. Atualmente, Renato tem ocupado 25 minutos diários do trabalho com a tarefa da reorganização de um grande arquivo. Ao seu ritmo de trabalho nessa tarefa, ela será concluída em 7 horas e meia. Se Renato iniciou essa tarefa em uma quarta feira, então ele irá concluí-la em uma
- (A) segunda feira.
  - (B) quarta feira.
  - (C) terça feira.
  - (D) sexta feira.
  - (E) quinta feira.
- 
22. Os números naturais positivos são 1, 2, 3, 4, ... . Mariana procura cinco números naturais positivos diferentes cuja soma seja igual a 15 e cujo produto, que é o resultado da multiplicação, seja igual a 120. Encontrados esses números, Mariana precisa dividir o segundo menor pelo maior dos cinco números. Se ela realizou a tarefa corretamente, o resultado final obtido foi o número
- (A) 0,4.
  - (B) 2.
  - (C) 1,333... .
  - (D) 1,666... .
  - (E) 1,25
- 
23. Arlete está a 24 metros de Bianca, que por sua vez está a 12 metros de Cleide. Se as três estão em um terreno totalmente plano, a situação descrita permite concluir que a menor e a maior distância possível entre Cleide e Arlete são, respectivamente, iguais a
- (A) 6 m e 12 m.
  - (B) 12 m e 36 m.
  - (C) 12 m e 24 m.
  - (D) 6 m e 24 m.
  - (E) 12 m e 18 m.
- 
24. Taís recebe diariamente certa quantidade de fichas que são colocadas em um mesmo fichário vazio no início do expediente. Ao final do expediente, Solange retira todas as fichas colocadas por Taís no fichário. Sabe-se que o fichário tem capacidade máxima para 110 fichas, e que Taís recebe 2 fichas no primeiro dia, 5 fichas no segundo dia, 8 fichas no terceiro dia, e assim sucessivamente (sempre recebendo 3 fichas a mais do que no dia anterior). Sendo assim, a capacidade desse fichário será suficiente até, no máximo, o
- (A) 46<sup>o</sup> dia.
  - (B) 51<sup>o</sup> dia.
  - (C) 37<sup>o</sup> dia.
  - (D) 29<sup>o</sup> dia.
  - (E) 43<sup>o</sup> dia.



25. O setor de almoxarifado de uma loja conta com 6 funcionários, e o setor de conferencistas com outros 5 funcionários. Uma tarefa tem que ser executada por um grupo de 3 funcionários do almoxarifado e, em seguida, tem que ser conferida por um grupo de 2 conferencistas. O total de possibilidades diferentes de agrupamentos dos 5 funcionários que devem executar e conferir essa tarefa é igual a
- (A) 120.  
(B) 180.  
(C) 200.  
(D) 150.  
(E) 240.

26. Cada item em estoque de um depósito é classificado em um, dois ou três dos padrões A, B e C. Em um mês esse depósito tinha em estoque 43 itens, classificados conforme a tabela a seguir.

Padrão	Total de itens
Itens que <b>não possuem</b> padrão A	18
Itens que <b>não possuem</b> padrão B	29
Itens que <b>não possuem</b> padrão C	20
Itens que possuem exatamente dois padrões	15

De acordo com os dados desse mês, o número de itens em estoque classificados com todos os três padrões é igual a

- (A) 5.  
(B) 1.  
(C) 4.  
(D) 3.  
(E) 2.
27. A tabela a seguir indica o número de filhos dos funcionários de uma empresa. Sabe-se, ainda, que não há filho que seja de mais de um dos funcionários, nem funcionário e filho que trabalhem juntos na empresa.

Número de funcionários	Número de filhos
14	0
21	1
19	2
15	3
11	4 ou mais

Sorteando-se ao acaso um dos funcionários indicados na tabela, a probabilidade de que ele tenha menos do que três filhos é igual a

- (A) 67,50%.  
(B) 86,25%.  
(C) 23,75%.  
(D) 36,40%.  
(E) 58,75%.
28. Lucas encontrou as seguintes sentenças em um livro de lógica:
1. A próxima sentença é verdadeira.
  2. A sentença anterior é falsa.
- Analisando as duas sentenças, é correto afirmar que
- (A) 1 e 2 são necessariamente verdadeiras.  
(B) 1 é verdadeira e 2 é falsa.  
(C) 1 é falsa e 2 é verdadeira.  
(D) 1 e 2 são necessariamente falsas.  
(E) 1 e 2 são mutuamente inconsistentes.



29. Alexandre, Bruno, Carlos, Dario, Ernesto e Fábio vão viajar juntos a um mesmo destino. Os seis decidem ir em duplas, sendo que uma dupla irá de avião, outra de trem e a outra de carro. Sabe-se que:
- Alexandre não vai de carro, e que acompanhará Bruno, que por sua vez não vai de avião;
  - Ernesto vai de avião;
  - Carlos não vai acompanhado de Dario, nem vai de avião.

Nas condições dadas, é correto afirmar que

- (A) Dario vai de carro.
- (B) Fábio vai com Ernesto.
- (C) Fábio vai de carro.
- (D) Ernesto vai de trem.
- (E) Carlos vai com Ernesto.

30. Em uma sala estão presentes 10 pessoas. A respeito dessas pessoas, é necessariamente correto afirmar que

- (A) no mínimo cinco nasceram em um dia de número par.
- (B) no máximo cinco nasceram em um dia de número par.
- (C) pelo menos duas nasceram em um mesmo mês do ano.
- (D) pelo menos duas nasceram em um mesmo dia da semana.
- (E) há ao menos três dias da semana em que nenhuma delas nasceu.

### Noções de Direito Constitucional

31. No que concerne à classificação das constituições, segundo a doutrina constitucionalista brasileira, a Constituição Federal de 1988 é considerada escrita, dogmática,

- (A) promulgada, rígida, analítica e formal.
- (B) promulgada, semi-rígida, analítica e material.
- (C) outorgada, rígida, analítica e formal.
- (D) promulgada, flexível, sintética e formal.
- (E) outorgada, semi-rígida, sintética e material.

32. Sobre o Poder Legislativo, nos termos preconizados pela Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, é correto afirmar:

- (A) O Deputado Estadual perderá o mandato quando investido no cargo de Ministro de Estado.
- (B) Por deliberação de, no mínimo, a maioria absoluta, a Assembleia Legislativa, bem como qualquer de suas comissões, poderá convocar secretário de estado para prestar informações sobre assunto determinado previamente no prazo de trinta dias.
- (C) Os Deputados Estaduais serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Os Deputados Estaduais eleitos não poderão, desde a proclamação do resultado do pleito eleitoral, exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
- (E) A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul poderá ser emendada por proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa.

33. Um determinado Município do Estado de Mato Grosso do Sul se recusa a observar princípios previstos na Constituição Estadual. O Tribunal de Justiça do Estado, por isso, dá provimento à representação para assegurar a observância de princípios constitucionais estabelecidos na Constituição Estadual. Neste caso,

- (A) caberá intervenção do Estado no Município mediante requisição do Tribunal de Contas do Estado, através de decreto do Governador, que será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de 24 horas.
- (B) caberá intervenção do Estado no Município mediante requisição do Tribunal de Justiça, através de decreto do Governador, cuja apreciação é dispensada pela Assembleia Legislativa.
- (C) não caberá intervenção do Estado no Município.
- (D) caberá intervenção do Estado no Município mediante requisição do Tribunal de Justiça, por meio de decreto do Governador, que será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de 24 horas.
- (E) caberá intervenção do Estado no Município mediante requisição do Tribunal de Contas do Estado, por meio de decreto do Governador, cuja apreciação é dispensada pela Assembleia Legislativa.

34. Projeto de Lei aprovado regularmente pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul é encaminhado ao Governador para sanção. No prazo previsto na Constituição Estadual, o Governador veta totalmente o projeto de lei e comunica ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. Neste caso, o veto do Chefe do Poder Executivo Estadual deverá ser apreciado em trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto, no mínimo,

- (A) da maioria simples dos deputados, em escrutínio aberto.
- (B) da maioria absoluta dos deputados, em escrutínio secreto.
- (C) de 2/3 dos deputados, em escrutínio secreto.
- (D) da maioria simples dos deputados, em escrutínio secreto.
- (E) da maioria absoluta dos deputados, em escrutínio aberto.



35. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Richard, inglês naturalizado brasileiro, com 40 anos de idade.
  - II. Moisés, brasileiro nato, com 33 anos de idade.
  - III. Sara, brasileira nata, com 28 anos de idade.
  - IV. Rodrigo, brasileiro nato, com 20 anos de idade.

Nos termos preconizados pela Constituição Federal, presentes os demais requisitos legais, poderão se candidatar ao cargo de Deputado Federal

- (A) Richard, Moisés, Sara e Rodrigo.
- (B) Moisés, Sara e Rodrigo, apenas.
- (C) Richard e Moisés, apenas.
- (D) Richard, Moisés e Sara, apenas.
- (E) Moisés e Sara, apenas.

---

### Noções de Direito Administrativo

36. Ricardo, servidor público da Receita Federal, ao ser procurado em seu local de trabalho por Magda, particular em situação de extrema necessidade financeira, concedeu-lhe benefício fiscal sem observar as formalidades legais pertinentes. Em razão do ocorrido, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra Ricardo, que, no curso da demanda, provou a inexistência de dolo, mas sim, de conduta culposa (imprudência), vez que agiu motivado pela situação de penúria de Magda. A conduta culposa de Ricardo
- (A) caracteriza, desde que preenchidos os demais requisitos legais, ato de improbidade na modalidade *ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração pública*.
  - (B) não caracteriza ato ímprobo, vez que imprescindível o dolo para tanto.
  - (C) caracteriza, desde que preenchidos os demais requisitos legais, ato de improbidade na modalidade *ato ímprobo que causa prejuízo ao erário*.
  - (D) não caracteriza ato ímprobo, vez que a conduta praticada, ainda que culposa, não se enquadra em quaisquer das modalidades de ato ímprobo previstas em lei.
  - (E) não sujeitará Ricardo às sanções aplicáveis, independentemente de se enquadrar como ímproba, vez que não é considerado sujeito ativo de ato de improbidade.

37. Determinado Estado pretende realizar procedimento licitatório para a construção de obra destinada à instalação de refeitório dentro da Assembleia Legislativa do Estado. O valor da contratação está estimado em R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a modalidade apropriada de licitação considerando o valor da contratação é
- (A) tomada de preços.
  - (B) convite.
  - (C) concurso.
  - (D) leilão.
  - (E) concorrência.

38. Considere:
- I. São sempre passíveis de apreciação judicial.
  - II. Sujeitam-se à lei.
  - III. É espécie de ato jurídico.
  - IV. Em regra, não produzem efeitos jurídicos imediatos.

No que concerne aos atos administrativos, está correto o que consta em

- (A) IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

39. Rafael, servidor público estadual e chefe de determinada repartição, no exercício de seu poder hierárquico, editou ato normativo, qual seja, resolução, a fim de ordenar a atuação de seus subordinados. A propósito do tema, a conduta de Rafael está
- (A) correta, pois o poder hierárquico é mais abrangente e sempre engloba o poder normativo da Administração pública, também denominado de poder regulamentar.
  - (B) correta, pois insere-se dentro das atribuições próprias do poder hierárquico.
  - (C) incorreta, pois não se insere no âmbito de atribuições próprias do poder hierárquico, mas sim, do poder disciplinar.
  - (D) incorreta, pois não se insere no âmbito de atribuições próprias do poder hierárquico, mas sim, do poder de polícia, que também vigora entre os servidores e órgãos públicos.
  - (E) incorreta, pois não se insere no âmbito de atribuições próprias do poder hierárquico, mas sim, do poder normativo.



40. Em determinado procedimento licitatório, especificamente na fase de julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, a Administração pública utiliza-se de critério subjetivo de julgamento, em razão da ausência, no edital, de critério palpável acerca de determinado tema, que pudesse elucidar e diferenciar algumas das propostas apresentadas. A propósito dos fatos narrados, a postura do ente licitante está
- (A) correta, em razão da lacuna constatada; no entanto, tal condição excepcional está prevista na Lei nº 8.666/1993.
  - (B) incorreta, porque deve, em todas as circunstâncias, pautar-se por critérios objetivos de julgamento.
  - (C) incorreta, por violar dois princípios que vigoram nas licitações, quais sejam, o princípio da vinculação ao edital e o da adjudicação compulsória.
  - (D) correta, vez que o ente público pode sempre assim o fazer, haja vista a discricionariedade Administrativa e a indisponibilidade do interesse público.
  - (E) incorreta, por violar o princípio da adjudicação compulsória.

### Legislação Institucional

41. A respeito do funcionamento das sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelece o Regimento Interno que as sessões ordinárias realizar-se-ão de terça a quinta-feira, com início às 9 horas, com a presença de, pelo menos, um quarto de seus membros e
- (A) não poderão ser secretas.
  - (B) serão admitidos no Plenário da Assembleia, durante sessão pública, os Deputados da Legislatura passada.
  - (C) serão públicas ou secretas.
  - (D) o Governador do Estado será sempre admitido no recinto reservado aos Deputados.
  - (E) os funcionários em serviço exclusivo da sessão serão admitidos no Plenário somente após o término da mesma.
42. Ao dispor sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, a Lei Estadual nº 4.090/2011 estabelece que *o agrupamento de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas pelas características das classes e que os servidores precisam adquirir, desenvolver e empregar, a fim de que possam contribuir para a consecução dos resultados organizacionais e evoluir nas respectivas carreiras*, é uma definição aplicável
- (A) ao cargo.
  - (B) classe.
  - (C) ao acervo técnico.
  - (D) à competência.
  - (E) ao padrão.
43. A Lei Estadual nº 4.091/2011 trata do Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul. Ao dispor sobre as penalidades e sua aplicação, essa lei estabelece que
- (A) será aplicada a pena de suspensão nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres funcionais.
  - (B) será aplicada a pena de repreensão nos casos de incontinência pública ou escandalosa.
  - (C) a autoridade que aplicar a pena de suspensão não poderá convertê-la em multa.
  - (D) o servidor suspenso manterá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.
  - (E) será aplicada a pena de suspensão no caso de falta grave.
44. A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, ao tratar da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Estado, dispõe que o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio
- (A) do Tribunal de Justiça do Estado.
  - (B) da Corregedoria Geral do Estado.
  - (C) do Ministério Público do Estado.
  - (D) do Tribunal de Contas do Estado.
  - (E) do Procurador-Geral de Justiça do Estado.

45. Considere:

- I. emendas à Constituição.
- II. resoluções.
- III. leis complementares.

Faz parte do processo legislativo, conforme disposto na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

46. Conforme as Diretrizes da *American Heart Association* AHA, 2015, durante as manobras de reanimação cardiopulmonar no adulto, a profundidade das compressões torácicas, deve ser de, pelo menos, em cm,
- (A) 2.
  - (B) 5.
  - (C) 4.
  - (D) 3.
  - (E) 7.
- 
47. As manobras de reanimação seguem as recomendações de protocolos internacionais e, para garantia de sobrevivência da vítima adulta, recomenda-se a relação de
- (A) 10 compressões e 1 ventilação.
  - (B) 1 ventilação e 15 compressões.
  - (C) 30 compressões e 2 ventilações.
  - (D) 15 compressões e 2 ventilações.
  - (E) 1 ventilação e 30 compressões.
- 
48. As Diretrizes da AHA para RCP e ACE, de 2015, recomendam o uso de sistemas de avaliação para o reconhecimento do acidente vascular cerebral – AVC. Um deles, a Escala Pré-Hospitalar de AVC, de Cincinnati, considera os seguintes parâmetros para avaliação:
- (A) queda facial, debilidade dos braços e fala anormal.
  - (B) alteração de marcha, confusão mental e fala pastosa.
  - (C) desvio do sorriso, preensão manual e dilatação da pupila.
  - (D) diminuição no tamanho da pupila bilateralmente, queda facial e debilidade nos braços.
  - (E) queixa de tontura, facilidade em cair e aumento no tamanho da pupila.
- 
49. Na chegada ao trabalho, um colaborador apresentava queixas de dor no peito sugestiva de iminente ataque cardíaco. Ao verificar que o serviço médico do local estava fechado para atendimento, o agente de polícia legislativo, treinado em primeiros socorros, seguirá os procedimentos imediatos recomendados pela *American Heart Association*, AHA 2015, que incluem
- (A) verificar a pressão arterial e manter o colaborador em repouso absoluto até a chegada do funcionário do serviço médico de emergência do ambulatório da Assembleia.
  - (B) aplicar o desfibrilador externo automático para análise do ritmo cardíaco e chamar pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgências – SAMU.
  - (C) afrouxar a roupa do colaborador e iniciar compressões torácicas para melhorar o fluxo sanguíneo ao coração.
  - (D) administrar oxigênio e manter o colaborador em posição confortável até a chegada do médico.
  - (E) incentivar a ingestão de um comprimido de aspirina adulto, se o colaborador negar alergia e histórico de hemorragia, e chamar pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgências – SAMU local.
- 
50. Colaborador da Assembleia apresenta ferimento com sangramento em região lombar. Como procedimento inicial relacionado aos primeiros socorros, para contenção da hemorragia externa, indica-se
- (A) limpar o local com soro fisiológico morno.
  - (B) aplicar pomada cicatrizante.
  - (C) usar tala estabilizadora.
  - (D) usar torniquete.
  - (E) comprimir o ferimento.



51. Com relação ao plano de segurança de dignitários, considere:

- I. Se o dignitário decidir ir ao encontro do público, todos os agentes de polícia da operação devem-se interpor entre ele e as pessoas, não permitindo o contato direto com os populares, evitando assim os riscos ou casos extremos.
- II. Os agentes de polícia têm a autonomia e o dever de sondar os ambientes ou as áreas onde seus protegidos irão circular, analisando preliminarmente os riscos ou perigos existentes.
- III. Só é considerado dignitário o sujeito que exerce cargo elevado, de alta graduação honorífica.
- IV. No planejamento estratégico não se faz necessário a conjuntura com as Polícias Civil e Militar.
- V. A licença para o uso do porte de arma pelos agentes de polícia na segurança de dignitários estrangeiros em visita ao Brasil é da competência do Ministério da Justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e V.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, III, IV e V.

52. Para a análise de risco em um ambiente de trabalho, a ferramenta SWOT, muito utilizada para investigação, diagnóstico e intervenção de riscos e ameaças existentes, é aplicada há mais de 15 anos nas instituições ou corporações. É uma ferramenta muito útil e versátil, podendo ser adaptada para os mais diversos tipos organizacionais. Logo, a análise SWOT agrupa nos fatores

- (A) internos, os elementos-chave oportunidades e ameaças, e, nos fatores externos, os elementos-chave forças e fraquezas.
- (B) externos, os elementos-chave forças e fraquezas, e, nos fatores internos, os elementos-chave oportunidades e gestão.
- (C) internos, os elementos-chave forças e fraquezas, e, nos fatores externos, os elementos-chave oportunidades e ameaças.
- (D) internos, os elementos-chave forças e gestão, e, nos fatores externos, os elementos-chave oportunidades e gestão.
- (E) externos e internos, os elementos-chave forças, fraquezas e ameaças.

53. Sobre a Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre o porte e registro de arma de fogo, considere:

- I. As armas devem ser registradas na Polícia Federal.
- II. Devem ser apresentadas as certidões negativas de antecedentes criminais e comprovação de idoneidade.
- III. O certificado de registro de arma de fogo será expedido pelo comando do Exército e tem validade em âmbito nacional.
- IV. A listagem dos empregados das empresas privadas prestadoras de serviços de segurança deverá ser atualizada semestralmente junto ao Sistema Nacional de Armas – SINARM.
- V. Os agentes, no exercício de suas funções de segurança, não poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, fora de serviço, mesmo que estejam submetidos a regime de dedicação exclusiva.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) III e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) IV e V.

54. Sobre as técnicas de defesa pessoal, considere:

- I. O caráter principal da defesa pessoal é o uso da força, podendo ser aplicado aos oponentes de maiores dimensões ou com força muscular.
- II. A aplicação de golpes em pontos sensíveis ou traumáticos a fim de imobilizar o adversário não gera responsabilidade civil, devido à legítima defesa no exercício de suas atividades.
- III. Para dominar o adversário o mais rápido possível, utilizam-se principalmente bloqueios, retenções e alavancas encurtando o tempo de combate com o objetivo de evitar maiores riscos de acidentes ou lesões.
- IV. No âmbito civil, tenta-se dominar o adversário de maneira segura, podendo ocasionar alguns danos ao adversário por legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal.
- V. A defesa pessoal é baseada nos fundamentos de alguns esportes e/ou artes marciais que têm em sua essência os princípios das alavancas e a garantia da integridade pessoal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II, IV e V.



55. Sobre o serviço de inteligência no Brasil, de acordo com a legislação vigente, a ABIN – Agência Brasileira de Inteligência, que trabalha em um universo específico, atua de acordo com as seguintes características:
- I. Planeja e executa a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.
  - II. É uma autarquia similar às agências reguladoras que assessora o Ministro da Justiça nas questões de interesse do Estado e da sociedade.
  - III. Promove o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência, e realiza estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência.
  - IV. Avalia ameaças, internas e externas, à ordem constitucional, além de possuir atribuições de polícia: deter, prender, interrogar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

56. No atendimento ao público, o agente de polícia, na abordagem, apresentação e uso de documentos de identificação pessoal,
- I. pode reter o documento de identificação pessoal, enquanto o indivíduo permanece na edificação.
  - II. deve ter sempre, no mínimo, um agente no seu campo visual ou na sua cobertura.
  - III. pode permitir a entrada do indivíduo, em órgãos públicos ou particulares, desde que apresente um crachá ou carteira de identificação profissional, dentre outros que tenham fé pública, conforme a lei vigente.
  - IV. deve atentar-se aos procedimentos de apresentação, atenção e cortesia, que são os princípios fundamentais da atividade de segurança de dignitários e fatores que influenciam exclusivamente a qualidade do atendimento ao público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

57. Os significados dos códigos de comunicação de segurança (Código Q) são utilizados como uma forma de comunicação padronizada que serve para confundir e/ou dificultar a interpretação de populares mal-intencionados que estejam ouvindo o contato entre os agentes de polícia pelo rádio. Considere os códigos apresentados a seguir e seus significados:

- I. QRT – significa que devo cessar a transmissão.
- II. QTH – significa qual é posição do agente, a latitude e a longitude.
- III. QSL – significa quem está chamando.
- IV. QRV – significa que está preparado para alguma ação ou ordem de serviço.
- V. QRZ – significa para aguardar no local.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II e III.

58. Sobre a segurança corporativa estratégica e a segurança das instalações e telecomunicações, considere:
- I. Os controles de segurança existentes em uma edificação são representados pelo controle de acesso de entrada e saída de visitantes e funcionários, entrada e saída de veículos e de materiais e pelo circuito fechado de TV.
  - II. As principais atividades do agente de polícia, com relação à segurança patrimonial, envolvem as varreduras internas, externas e periféricas, ou áreas com maior risco de ocorrência de danos e perdas patrimonial.
  - III. Os alarmes são sistemas de detecção que têm como objetivo inibir e prevenir a entrada de pessoal não autorizado em uma determinada área.
  - IV. No princípio de incêndio em um ambiente de trabalho fechado com muitos equipamentos elétricos e eletrônicos energizados, deve-se utilizar o extintor para a classe de incêndio do tipo A.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.



59. São dispositivos utilizados para isolamento e proteção das rotas de fuga, retardando a propagação do fogo e da fumaça:
- (A) os sistemas de CFTV.
  - (B) os *sprinklers*.
  - (C) os extintores de incêndio.
  - (D) os mangotinhos.
  - (E) as portas corta-fogo.
- 
60. Segundo a NR-23, o empregador tem o dever de providenciar a todos os trabalhadores informações sobre:
- I. dispositivos de alarme existentes.
  - II. sistemas de CFTV instalados.
  - III. sistemas de controle de acesso às edificações.
  - IV. procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança.
  - V. utilização dos equipamentos de combate a incêndio.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
  - (B) II, III e V.
  - (C) II, IV e V.
  - (D) I, IV e V.
  - (E) II e III.
- 
61. De acordo com a NR-23, que versa sobre a proteção contra incêndios, as saídas nos locais de trabalho devem ser dispostas
- (A) em quantidade definida pela fórmula  $Q_s = (N \times Gr) / (N + Gr)$ , onde  $Q_s$  = quantidade de saídas,  $N$  = quantidade de funcionários que trabalham no local e  $Gr$  = grau de risco da atividade principal da empresa.
  - (B) em quantidade suficiente e de modo que, em caso emergencial, as pessoas que se encontrarem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança.
  - (C) como saídas de emergência e, nesse caso, deverão permanecer trancadas durante a jornada de trabalho.
  - (D) como saídas de emergência e, nesse caso, jamais poderão ser equipadas com dispositivos de travamento de qualquer natureza.
  - (E) de forma que permaneçam fechadas à chave especialmente quando se tratar de saída de emergência que possibilite o acesso à área externa do local de trabalho.
- 
62. Uma edificação de uso residencial exclusivamente unifamiliar situada no Estado de Mato Grosso do Sul está em obra, com objetivo de ampliação de sua área construída. Em relação às exigências derivadas da situação apresentada, segundo estabelece a Lei nº 4.335/2013,
- (A) seu funcionamento dependerá da expedição do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar.
  - (B) esse tipo de edificação está excluída de qualquer exigência prevista no referido código.
  - (C) a licença para construir dependerá de prévia aprovação das medidas de segurança contra incêndio, pânico e outros riscos pelo CBMMS.
  - (D) a edificação deverá ser fracionada pelos corredores internos, objetivando mitigar o risco e evitar a propagação do fogo.
  - (E) as medidas de segurança contra incêndio, pânico e outros riscos devem ser projetadas e executadas por profissionais habilitados e cadastrados no CBMMS.
- 
63. A Norma Técnica nº 11/2013, do CBMMS, traz instruções técnicas referentes às saídas de emergência. De acordo com essa norma, as saídas de emergência
- (A) são dimensionadas em função exclusiva do uso da edificação.
  - (B) são dimensionadas em função exclusiva do risco da edificação.
  - (C) compreendem todos os espaços possíveis para a fuga de pessoas em caso de pânico.
  - (D) compreendem os acessos; as rotas de saídas horizontais, quando houver, e respectivas portas ou espaço livre exterior, nas edificações térreas; as escadas ou rampas; e as descargas.
  - (E) devem ter largura mínima de 1,00 m em edificações com até 3 pavimentos.
- 
64. No contexto da utilização dos equipamentos eletrônicos no sistema de circuito fechado de televisão – CFTV que opere em uma infraestrutura de cabeamento estruturado, a instalação de câmeras com tecnologia IP, em qualquer ponto dessa infraestrutura com reconhecimento e configuração automática, refere-se à tecnologia
- (A) auto cam.
  - (B) *automatic view*.
  - (C) *plug and play*.
  - (D) cam & code.
  - (E) IP cam.



65. Pânico Silencioso é um dispositivo componente dos sistemas eletrônicos de alarme e é empregado para
- (A) avisar, por meio de acionamento remoto, em outro local, sobre um perigo iminente, com a intenção de preservar a segurança física da pessoa que fez o acionamento.
  - (B) manter a sirene de disparos da central de alarme escondida.
  - (C) acoplar o sistema de alarme à central telefônica de modo sigiloso.
  - (D) avisar sonoramente um companheiro bem próximo que um vigilante foi rendido por alguém mal intencionado.
  - (E) avisar a ocorrência de alguma falha elétrica ou mecânica no sistema.
- 
66. Sobre a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, vinte por cento de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.
  - (B) A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
  - (C) Os semáforos para pedestres instalados em vias públicas de grande circulação, ou que deem acesso aos serviços de reabilitação, devem obrigatoriamente estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave para orientação do pedestre.
  - (D) Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
  - (E) A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- 
67. De acordo com o Estatuto do Idoso, é correto afirmar:
- (A) Falecendo o idoso, beneficiado com a prioridade de tramitação em um determinado processo judicial, o benefício será estendido em favor do cônjuge supérstite, ainda que com idade inferior a sessenta anos.
  - (B) Aos idosos, a partir de sessenta anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOA.
  - (C) É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
  - (D) Considera-se apenas infração administrativa, punida com multa, obstar o acesso de alguém a um determinado cargo público por motivo de idade.
  - (E) No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica, a reserva de três vagas gratuitas, por veículo, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.
- 
68. Considere as infrações penais e as penas privativas de liberdade previstas:
- I. Dano ao patrimônio público – pena de detenção de 3 meses a 3 anos e multa.
  - II. Desacato – pena de detenção de 6 meses a 2 anos de multa.
  - III. Lesão corporal – pena de detenção de 6 meses a 1 ano.
  - IV. Resistência – pena de detenção de 2 meses a 2 anos.
- A Lei nº 9.099/1995 considera infração penal de menor potencial ofensivo o que consta APENAS em
- (A) II, III e IV.
  - (B) III.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e IV.
  - (E) I, II e IV.
- 
69. Nos termos preconizados pela Lei nº 7.716/1989, que define os crimes de preconceito de raça ou de cor, constitui efeito da condenação, por um dos crimes definidos nesta lei, devendo ser motivadamente declarado na sentença, a
- (A) suspensão do exercício do cargo ou função pública, para o servidor público, pelo prazo de 6 meses, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três anos.
  - (B) perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e o fechamento do estabelecimento particular.
  - (C) suspensão do exercício do cargo ou função pública, para o servidor público, pelo prazo de três meses, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular no mesmo prazo.
  - (D) perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a seis meses.
  - (E) perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.



70. Paulo é atropelado e, em estado grave, é socorrido de ambulância a um determinado Hospital para atendimento emergencial. Chegando ao nosocômio, a gerente Flávia exige da esposa do atropelado a apresentação de um cheque-caução no valor de R\$ 20.000,00 e o preenchimento de formulários administrativos como condição para iniciar o atendimento médico-hospitalar emergencial. Neste caso, a gerente Flávia
- (A) cometeu crime de homicídio doloso.
  - (B) cometeu crime de omissão de socorro.
  - (C) não cometeu crime, agindo de forma absolutamente legal segundo normas que regem o atendimento hospitalar no Brasil.
  - (D) cometeu crime de lesão corporal de natureza grave.
  - (E) cometeu crime de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.
- 
71. Sobre o exame de corpo de delito e as perícias em geral, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Na falta de perito oficial, o exame será realizado necessariamente por três pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
  - (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
  - (C) O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
  - (D) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
  - (E) Salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.
- 
72. À luz do Código de Processo Penal, no que se refere ao Inquérito Policial, é correto afirmar:
- (A) O ofendido, ou seu representante legal, não poderão requerer diligência à autoridade policial, cabendo ao Ministério Público esta tarefa.
  - (B) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
  - (C) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
  - (D) A autoridade policial logo após tomar conhecimento da prática de um crime deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
  - (E) A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício, ainda que se trate de crime de ação penal privada.
- 
73. A Lei nº 5.553/1968, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, estabelece que quando, para realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair os dados que interessarem, antes de devolver o documento ao exibidor, em regra, no prazo de até
- (A) quarenta e oito horas.
  - (B) cinco dias.
  - (C) dez dias.
  - (D) trinta dias.
  - (E) quinze dias.
- 
74. A autoridade policial de uma determinada cidade do Estado de Mato Grosso do Sul instaura inquérito policial para apurar um crime de aborto cometido pelo médico X. No curso das investigações, a prisão preventiva do médico é decretada pela Justiça e o mandado de prisão é cumprido. Neste caso, segundo estabelece o Código de Processo Penal, o inquérito policial deverá ser concluído, a partir da data em que foi executada a prisão cautelar, no prazo de
- (A) cinco dias.
  - (B) dez dias.
  - (C) trinta dias.
  - (D) quinze dias.
  - (E) sessenta dias.



75. Sobre a prisão em flagrante, considere:
- I. A inexistência de testemunhas da infração impede, em regra, o auto de prisão em flagrante.
  - II. Tratando-se de crime permanente, a prisão em flagrante é possível enquanto não cessar a permanência.
  - III. Em até 48 horas após a realização da prisão será encaminhada cópia integral do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública caso o autuado não informe o nome do seu advogado.
- À luz do Código de Processo Penal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II e III.
  - (E) I.
- 
76. Paulo, após subtrair a bolsa de Regina, é perseguido pelo cidadão Rodrigo, particular que passava pelo local e presenciou o crime. Rodrigo consegue segurar Paulo para efetuar a prisão. Entretanto, Paulo desfere um soco no rosto de Rodrigo, lesionando-o, e consegue empreender fuga. Nesse caso, Paulo, além do delito de furto,
- (A) cometeu crime de desobediência e lesão corporal dolosa.
  - (B) cometeu crimes de resistência e lesão corporal dolosa.
  - (C) não cometeu nenhum crime.
  - (D) cometeu crime de lesão corporal dolosa.
  - (E) cometeu crime de resistência qualificada, pois o ato não foi executado em razão da resistência.
- 
77. Sobre a adoção, nos termos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) o adotante deve ser, no mínimo, 18 anos mais velho que o adotando.
  - (B) é permitida a adoção por procuração.
  - (C) se um dos cônjuges adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge do adotante e os respectivos parentes.
  - (D) é vedada a adoção conjunta pelos divorciados, separados judicialmente e pelos ex-companheiros.
  - (E) o estágio de convivência que precede a adoção não poderá, em nenhuma hipótese, ser dispensado pela autoridade judiciária.
- 
78. Josué, funcionário público, após cometer crime de peculato culposo, é denunciado pelo Ministério Público e regularmente processado pela Justiça Pública. Após a regular instrução do feito, Josué é condenado a cumprir pena de seis meses de detenção em regime inicial aberto pelo Magistrado de Primeiro Grau. Josué, inconformado, interpôs o recurso cabível. Durante o trâmite do recurso, Josué, arrependido, repara integralmente o dano causado à Administração pública. Neste caso, Josué
- (A) terá sua pena reduzida em metade.
  - (B) terá a sua punibilidade extinta.
  - (C) terá sua pena reduzida em um terço.
  - (D) não terá direito a qualquer benefício, pois a reparação ocorreu após a sentença de primeiro grau.
  - (E) terá sua pena reduzida de dois terços.
- 
79. Micaela, de 19 anos de idade, após manter um relacionamento ocasional com Rodrigo, de 40 anos de idade, acaba engravidando. Após esconder a gestação durante meses de sua família e ser desprezada por Rodrigo, que disse que não assumiria qualquer responsabilidade pela criança, Micaela entra em trabalho de parto durante a 40ª semana de gestação em sua residência e sem pedir qualquer auxílio aos familiares que ali estavam, acaba parindo no banheiro do imóvel. A criança do sexo masculino nasce com vida e Micaela, agindo ainda sob efeito do estado puerperal, corta o cordão umbilical e coloca o recém nascido dentro de um saco plástico, jogando-o no lixo da rua. O bebê entra em óbito cerca de duas horas depois. Neste caso, à luz do Código Penal, Micaela cometeu crime de
- (A) homicídio culposo.
  - (B) homicídio doloso.
  - (C) aborto.
  - (D) lesão corporal seguida de morte.
  - (E) infanticídio.
- 
80. Sobre a prática de ato infracional à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar que a
- (A) medida socioeducativa de internação pode ser determinada por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
  - (B) internação, antes da sentença, poderá ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
  - (C) medida socioeducativa de internação não poderá exceder em nenhuma hipótese três anos, liberando-se compulsoriamente o menor infrator aos vinte e um anos de idade.
  - (D) medida socioeducativa de liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de trinta dias, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
  - (E) remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.